

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: Maricultura – Amacop

Local: São Francisco do Sul

Data: 09/12/2009

Presentes : Dr Tiago Alzuguir Gutierrez(Procurador da República)Ricardo Macedo (Representante do TGSC), Marisa Dietrich(Representante TGSC e Fertimport), Juliano Mendes (Amacop), Geraldo Luciano de Nascimento (Amacop – Presidente) e João Rocha (Amacop)



O Sr Ricardo Macedo – representante do TGSC, iniciou a reunião dizendo que, tinha a intenção de auxiliar na realocação da área da AMACOP, conforme manifestação dessa associação junto ao MP Federal e Estadual, e que por solicitação do Ibama há necessidade de apresentar um cronograma da possível realocação da Associação, o Sr Juliano – representante da Amacop ressaltou a preocupação quanto a quantidade de empreendimentos na Baía da Babitonga. Disse ainda que não teve tempo de consultar todos os associados para uma definição da continuidade, realocação ou indenização dos membros da associação, que entende que a atividade da maricultura sempre será objeto de conflito com os empreendimentos tanto privados, quanto públicos. Manifestou ainda preocupação com relação à dragagem do aprofundamento e alargamento do canal. Informou que após ter encaminhado ofício ao MP e ao MPF é que a Associação avaliou os outros empreendimentos, inclusive aprofundamento do canal, que trará impactos a maricultura e que ocorrerá bem antes da construção do TGSC e que no momento não há definição se a realocação é realmente uma solução para os maricultores devido aos outros empreendimentos que estão sendo licenciados na Baía e que iriam impactá-los da mesma maneira. Segundo Juliano dos vinte associados da Amacop, oito praticamente já não estão produzindo, e doze são associados ativos que mantêm suas estruturas produzindo. Dr. Tiago, Procurador da República, questionou qual é exatamente a intenção da Associação, bem como demonstrou entender que a indenização dos maricultores seria difícil de ser calculada e também não haveria nenhuma segurança para o empreendedor em indenizá-los, pois os mesmos poderiam receber esse valor da indenização e voltar a atividade inclusive na mesma região. Discutiu-se então como isso poderia ser feito e quais as garantias de que a mesma área não seria reocupada. Foi comentado por todos os presentes da dificuldade em avaliar valores para possível indenização, visto que muitos já não estão mais produzindo. Foi falado pelo Sr João da dificuldade de mobilização e cultivo para áreas mais

